

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.062.201 - SP (2017/0043548-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : BARA MENEZES & MONTEZ ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO : CRISTHIANE MONTEZ LONGHI E OUTRO(S) - SP298127
AGRAVADO : ELVI COZINHAS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADOS : PEDRO WANDERLEY RONCATO - SP107020
TATIANA RONCATO ROVERI - SP315677

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **BARA MENEZES & MONTEZ ADVOGADOS ASSOCIADOS**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fl. 660 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado: (fl. 620, e-STJ):

APELAÇÃO — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA — INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO — RECONVENÇÃO - COBRANÇA — Remuneração "ad exitum" — Rescisão do contrato — Previsão de recebimento de toda a comissão independentemente da obtenção do resultado - Cláusula abusiva e extensiva — Nulidade - Cláusula afastada — Declarado inexigível o débito e improcedente a cobrança - Recurso provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 635/639, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação de inexigibilidade de débito. Houve a apresentação de reconvenção visando a cobrança de valores em decorrência da rescisão contratual. O Juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido declaratório e improcedente o reconvenicional. O Tribunal *a quo* deu provimento ao reclamo para reformar a sentença.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente, ora agravante, aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 460, do CPC/73, 2º e 3º, do CDC. Sustenta, em síntese, que houve julgamento *extra petita*, pois o fundamento utilizado pelo Tribunal de origem não foi ventilado pela parte recorrida (fl. 645, e-STJ), assim como defende a procedência do pedido de cobrança, pois não há abusividade nas cláusulas do contrato.

Contrarrazões às fls. 654/658, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de não ter sido demonstrada a vulneração dos dispositivos citados.

Daí o presente agravo (fls. 663/669, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual o recorrente busca refutar o óbice elencado pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 686/690, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. De início, vale destacar que não há julgamento *extra petita* quando o órgão julgador, adstrito às circunstâncias fáticas e ao pedido constante nos autos, proceder à subsunção normativa com amparo em fundamento jurídicos diversos dos suscitados pelas partes.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CADASTROS RESTRITIVOS. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. DANOS MORAIS. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. À luz dos artigos 128 e 460 do CPC/73, atuais, 141 e 492 do NCPC/15, o vício de julgamento *extra petita* não se vislumbra na hipótese do juízo a quo, adstrito às circunstâncias fáticas (causa de pedir remota) e ao pedido constante nos autos, proceder à subsunção normativa com amparo em fundamentos jurídicos diversos dos esposados pelo autor e refutados pelo réu. O julgador não viola os limites da causa quando reconhece os pedidos implícitos formulados na inicial, não estando restrito apenas ao que está expresso no capítulo referente aos pedidos, sendo-lhe permitido extrair da interpretação lógico - sistemática da peça inicial aquilo que se pretende obter com a demanda, aplicando o princípio da equidade.

2. A convicção formada pelo Tribunal de origem quanto à inexistência de julgamento *ultra petita* decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula nº 7/STJ.

3. O Tribunal de origem reconheceu a existência do dever de indenizar em razão de indevida inscrição do nome da parte agravada em cadastro de proteção ao crédito. Com efeito, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal sobre a alegada inexistência do dever de indenizar demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

4. A jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento uniforme no sentido de que a inscrição/manutenção indevida do nome do devedor no cadastro de inadimplentes enseja o dano moral *in re ipsa*, ou seja, dano vinculado a própria existência do ato ilícito, cujos resultados são presumidos. Precedentes.

5. A alteração da indenização por dano moral apenas é possível quando o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal

análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1152145/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018)

3. No caso concreto, a despeito do entendimento desta Corte Superior no sentido de ser inaplicável o Código de Defesa do Consumidor às relações contratuais entre clientes e advogados (AgRg no AgRg no AREsp 773.476/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 01/08/2018), (AgInt no REsp 1446090/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 27/03/2018), (AgInt no AREsp 895.899/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 23/08/2016), a reforma do acórdão estadual demandaria a interpretação de cláusulas contratuais e ao reexame de fatos e provas.

Confira-se trecho extraído do aresto hostilizado (fls. 622/623, e-STJ):

"[...] Todavia, **quanto ao entendimento da cláusula décima primeira**, tem-se que o mesmo não é aquele expressado pela Primeira Instância, isto, **pois, tal cláusula é abusiva e extensiva**, precipuamente pela inexistência de prazo determinado. [...] Deste modo, **a cláusula décima primeira do contrato de prestação de serviços advocatícios é nula, em razão de sua excessiva onerosidade em virtude do recebimento das verbas contratados independentemente da obtenção do resultado para o qual foi a requerida contratada.**".

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, bem como de cláusulas contratuais, incidindo, na espécie, os óbices das Súmulas n. 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO. INSURGÊNCIA DO RÉU.

1. Inexiste à apontada violação do 535, inciso II, do CPC, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia, revelando-se desnecessário ao magistrado rebater cada um dos argumentos declinados pela parte.

Precedentes.

2. O acórdão recorrido não se manifestou acerca de todos os dispositivos suscitados nas razões do apelo extremo, apesar da interposição de embargos de declaração, razão pela qual incide, na espécie, o enunciado n. 211 da Súmula do STJ, ante a ausência de prequestionamento, pois a matéria regulada nos aludidos dispositivos não foi interpretada pela Corte de origem.

3. A Corte local, com base nos elementos probatórios acostados aos autos e ante a análise do contrato firmado entre as partes, concluiu

pelo dever obrigacional do recorrente, oriundo de honorários advocatícios recebidos e não repassados aos seus titulares. Para o acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir as afirmações contidas no decisum atacado e o revolvimento das provas juntadas ao feito, o que, forçosamente, ensejaria rediscussão de matéria fática e a interpretação de cláusulas contratuais, incidindo, na espécie, o óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 625.336/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 04/03/2015)

PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 57 E 479 DO CÓDIGO CIVIL - NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS DE INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS - SÚMULAS 5 E 7 DO STJ - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO - SÚMULA 7/STJ.

1 - A análise da pretensão esposada no recurso especial de reduzir o valor a ser pago em face do contrato de honorários advocatícios firmado com a parte agravada, bem como de ver reconhecida a abusividade das cláusulas contratuais demandaria, necessariamente, o reexame das provas carreadas nos autos, bem como a interpretação das cláusulas contratuais, procedimentos que encontram óbice nas Súmulas 5 e 7 desta Corte.

2 - Havendo o e. Tribunal a quo, apreciando o contexto fático-probatório dos autos, concluído que agravante perdeu a condição juridicamente pobre em razão do vultoso patrimônio a ela transferido, rever tal entendimento implicaria no reexame de provas, o que é vedado, nos termos da Súmula n. 07/STJ.

3 - Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 809.446/DF, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 07/12/2006, DJ 05/02/2007, p. 255)

4. Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas

apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.

(AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

5. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

